

## **Da grande indústria à pós-grande indústria**

*Anthon Pedrollo Hax & Leiliane Pereira de Paula*

O fordismo originou-se no início do século XX criado por Henry Ford, principalmente no período entre guerras e pós-guerra, e consiste em um modelo de desenvolvimento produtivo adotado pelo capitalismo ocidental, comumente chamado de grande indústria. Esse é um sistema de organização produtiva que contou com o taylorismo, no que pode ser considerado o início da administração empresarial moderna, de modo a aumentar a produção em um modelo de divisão de tarefas, que aumenta a exploração do excedente de produção dos operários (por meio da mais-valia absoluta, isso é, com o aumento do ritmo de trabalho).

O modelo fordista de produção possui como principais características, a produção em massa. Uma linha de montagem com esteiras rolantes em que o produto é que se desloca pela fábrica, já o operário fica em uma posição fixa e é responsável por uma parte específica da produção. As tarefas da produção são derivadas em várias etapas de produção e montagem. Deste modo, o operário não necessita de muita capacitação a não ser aprender a única função que realizará no processo de montagem, atuando de maneira mecânica e operacional.

No modelo de produção fordista a linha de montagem composta por esteiras rolantes é o que vai acelerar o processo de produção, ou seja, o “trabalho morto” (meios de produção e ferramentas) é o que vai ditar o tempo de produção do “trabalho vivo” (operários), consequentemente aumenta a exploração dos trabalhadores; resultando em uma subsunção (formal) do trabalho ao capital, o tempo das máquinas torna-se o tempo da produção, e é retirada toda a subjetividade do operário da produção, tornando os operários parte apêndice dos maquinários.

A integração vertical nesse caso está presente pois empresas como a Ford produziam todas as etapas de um carro; desde a matéria-prima ao produto final a partir da mecanização do processo de trabalho e sua intensificação. Os operários são operacionalizados nesse processo, que separa os processos de produção manual do controle e gerência produtiva. O modelo fordista é

extremamente hierarquizado e verticalizado, sendo que há níveis administrativos e níveis operacionais; em certa medida o trabalhador estava apenas desempenhando uma tarefa mecânica enquanto a divisão e controle de etapas produtivas estava a cargo de terceiros, geralmente de um supervisor.

Não demorou para o modelo fordista apresentar suas crises que se acentuaram devido a uma “taxa de exploração demasiadamente elevada” (BIHR, 1998) que resultou na grande depressão dos anos 30 e criam as bases para as demandas coletivas dos trabalhadores pela *seguridade social*.

Após a segunda guerra, a intensificação do trabalho catalisa as tensões entre os interesses de trabalhadores e burgueses. Nesse momento de conflito, houve o que o autor denomina de “*compromisso fordista*” que se entende como uma espécie de “acordo” entre as classes que serviu para apaziguar as tensões, o compromisso se tratou de uma *barganha* da classe trabalhadora em troca de seguridade social que se faz possível em um regime político como a socialdemocracia que firma e institucionaliza esses acordos como uma forma de apaziguar o conflito entre as classes. A sindicalização teve fundamental importância nesse contexto, pois foi um dos principais direitos institucionalizados por lei.

O fordismo se internacionaliza e os Estados se alinham a um modelo de bem-estar social com políticas socioeconômicas pautadas pela teoria keynesiana. É um período de aumento de padrões de vida sociais e crescimento econômico do capital que se mantém estabelecido como sistema de acumulação até meados da década de 1970.

Principalmente com a crise do petróleo, o fordismo começa a entrar em crise e um novo paradigma surge ao capitalismo, da acumulação flexível (HARVEY, 1992). Devido ao excesso de produção responsável pela diminuição das taxas de juros e a crise energética (petróleo), a produção em massa cede lugar a produção por demanda e surge um novo modelo de produção toyotista no Japão, que não demora a ser exportado para empresas dos capitalismos de países desenvolvidos.

Esse modelo tem sua produção sincronizada com a demanda de consumo, rompendo com os grandes estoques de matéria-prima e produto final

que eram carro-chefe do modelo fordista. Esse sistema conta com maior automatização da linha de produção, e conta com operários/funcionários polivalentes, mais bem treinados, qualificados e atuantes em diversas funções na empresa.

Atualmente vemos um modelo que se encaminha cada vez mais para uma produção imaterial (DAL ROSSO, 2008, p. 29) que não tem seu enfoque na produção de produtos físicos exatamente, mas no desenvolvimento de tecnologia que possa gerar valor a partir de patentes ou royalties.

Atualmente esse modelo de acumulação flexível, que atinge cada vez mais uma escala global com as megacorporações, está alinhado com políticas de “desregulamentação e isenção tributárias diligenciadas pela liberalização das fronteiras ao comércio internacional” (Pochmann, 2005 *apud* Wolf, 2017). Atividades de apoio e até mesmo a produção em si é exportada para países periféricos com “força de trabalho mais barata e com menor tradição sindical e de conflitos trabalhistas comparativamente aos países centrais” (Silver, 2005 *apud* Wolf, 2017).

A integração horizontal então surge nesse contexto como um modelo de integração do capital entre megacorporações e empresas com atividades meio que terceirizam partes do processo produtivo, tornando aquilo que seria custo em uma outra empresa geradora de capital.

Exatamente nesse âmbito podemos voltar nosso olhar aos modelos de produção mais atuais como a Eurofarma, que se trata de uma transnacional de valor bilionário com um investimento voltado para a pesquisa, tirando grande parte de sua receita de “patentes milionárias”.

Empresas de pesquisa e desenvolvimento como essa não se limitam apenas ao seu setor; essa empresa, apesar de ser do ramo da saúde, investe em *big data*, *análise preditiva* e *automatização de processos*. É característico do modo de acumulação flexível a diversificação da produção de acordo com as demandas dos mercados; Nesse caso, com o entendimento de *engajar o cliente* e fazê-lo *aderir ao tratamento*, visando sempre a maior lucratividade, isso é, o capital.



## REFERÊNCIAS

BIHR, Alain. O compromisso fordista. In: Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. Boitempo: São Paulo, 1998.

DAL ROSSO, Sadi. O conceito da intensidade do trabalho. In: Mais Trabalho! – A intensificação do labor da sociedade contemporânea. Boitempo: São Paulo, 2008.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: A condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Loyola: São Paulo, 1992.

WOLF, Simone. Cadeias Globais De Valor No Contexto Do Empreendedorismo E Governança Urbana - um novo enfoque à questão da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. XXXI Congresso ALAS. Uruguay, 2017.